

PAISAGEM, NATUREZA E DIREITO: uma homenagem a Alexandre Kiss

ANTONIO HERMAN BENJAMIN*

Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo

Este Congresso, em homenagem a **Alexandre Kiss**, não poderia ser mais oportuno e cuidar de tema mais apropriado. Oportunidade que se explica pela comemoração dos 80 anos do grande Mestre, a maior parte deles dedicada ao Direito e ao ensino de uma legião de estudantes de todo o mundo. Dedicção e docência que não se vinculam a um Direito qualquer, mas fizeram do Direito a serviço dos vulneráveis uma rotina de vida. Propriedade de tema que advém da complexidade e renovada atualidade da *paisagem*, como mais uma expressão de um Direito Ambiental que não descansa, que está permanentemente à procura de novos horizontes de atuação, bem como de instrumentos que levem a uma melhor proteção da natureza. Uma disciplina jurídica que, talvez por conta da envergadura de sua missão, é vista como expansionista.

É o próprio Alexandre Kiss que alude, sem se amedrontar, aos “problemas de delimitação” do Direito Ambiental¹. Poucas áreas da regulação jurídico-ambiental conseguem superar o perfil rebelde da paisagem, avessa aos esforços de delimitação, que recusa as fronteiras do teoricamente objetivo e do juridicamente palpável.

Realmente, quando imaginávamos que o Direito Ambiental já havia se consolidado em um espaço mais ou menos definido, eis que, recentemente, (re) surge a paisagem, como um dos seus temas centrais, tanto no Direito Internacional (e aí está a Convenção Européia da Paisagem), como no Direito interno, Apropriadas aqui as palavras de Lewis Mumford, em sua obra clássica, quando lembra que “felizmente a

¹ Alexandre Kiss, *Droit International de l'Environnement*, Paris, Pedone, 1989, p. 8.

vida tem um atributo previsível: é cheia de surpresas"². Nos passos da própria Natureza, uma das características mais constantes do Direito Ambiental é a previsibilidade de suas surpresas. A paisagem é uma delas.

Surpresa não exatamente por ser a paisagem uma desconhecida dos povos civilizados, como categoria jurídica, ou como objeto de estudo e nota em outros campos. O que há de surpreendente é como um tema que, de um modo ou de outro, já havia sido reconhecido pelo legislador e pela jurisprudência, reapareça agora com a força e vigor que apresenta.

Há milênios, a nebulosa noção do *belo* vem interessando aos filósofos, aos religiosos e aos artistas. Mas é sobretudo nos últimos séculos que o estético - artificial e natural - passou também a chamar a atenção de cientistas políticos, sociólogos e, mais recentemente, do jurista ambiental.

Uma das justificativas iniciais para a proteção da natureza foi o reconhecimento de que ela em si mesma, na sua complexidade e diversidade de formas e cores, poderia ser bela, extraordinariamente bela. Eis o berço da paisagem, como noção cultural, mas também jurídica. Ao contrário da acirrada disputa sobre o significado da Natureza³, em relação à paisagem, mesmo na sua acepção de beleza natural, ninguém põe em dúvida o seu matiz de *construção social*, conquanto dependente da apreciação humana.

Já virou lugar-comum dizer que o movimento ambientalista evoluiu de mãos dadas com os defensores da estética natural⁴, tanto mais no campo da conservação da natureza, o Direito Ambiental "verde". No entanto, os anos 70 e 80 não apenas viveram a popularização da proteção

² Lewis Mumford, *The City in History: Its Origins, Its Transformations, and Its Prospects*, New York, MJF Books, 1961, p. 573.

³ Sobre ser a natureza uma "construção social" ou não, cf. William M. Adams, *Against Extinction: The Story of Conservation*, London, Earthscan, 2004, p. 233.

⁴ Kimberly K. Smith, *Mere taste: democracy and the politics of beauty*, Wisconsin Environmental Law Journal, vol. 7, p. 154.

da natureza⁵, como também presenciaram a sua *ecologização*. Ou seja, no plano político e jurídico, aceitou-se, já no início da formação do Direito Ambiental, que a verdadeira e ampla proteção do meio ambiente não podia se limitar ao belo, devendo, valorizar os processos ecológicos essenciais à manutenção da vida, de todas as formas de vida, formosas ou não.

Nos últimos anos, sem prejuízo do foco ecológico, países de todo o mundo vêm descobrindo ou redescobrando a paisagem, e a partir dela, o belo natural, já não mais no seu sentido convencional de formas, cores e sons, mas enxergando beleza na própria diversidade da Natureza. Podemos dizer que, na perspectiva atual, o belo deixa de ser somente uma percepção extrínseca (= cultural e visualmente perceptiva), em proveito de uma percepção intrínseca, que valoriza os “segredos” da natureza: a apreciação estética vai do que vemos, sem grande esforço (as montanhas, o verde exuberante das florestas, a vitalidade dos rios), ao que não vemos, só sentimos intuitivamente, ou só notamos com o auxílio dos especialistas (os serviços ecológicos, a qualidade da água, a diversidade das florestas). É a posição do observador mais sensível, que compreende e aceita que “somos *da* natureza e estamos *na* natureza”⁶.

Paisagem e Estética Natural: uma Aproximação Histórica, Cultural e Conceitual

Como tema, a paisagem envolve uma difusa variedade de componentes, incluindo história, valores espirituais, significado estético, relações sociais e concepções de Natureza. Conforme o sentido que a ela se dê, fortalece a proteção do meio ambiente natural. Em decorrência de sua vinculação ao tempo, a paisagem provoca interações entre o presente

⁵ Como explica McNeill, ao contrário das grandes idéias do Século XX, o ambientalismo explícito teve pouca importância antes de 1970, pois os precursores não encontraram uma audiência ampla, o que levou a minguidos resultados concretos, em especial no campo legislativo (J.R. McNeill, *Something New under the Sun: An Environmental History of the Twentieth-Century World*, New York, W. W. Norton & Company Ltd., 2000, p. 336-337).

⁶ Jean-Paul Deléage, *Histoire de l'Écologie: une Science de l'Homme et de la Nature*, Paris, Éditions La Découverte, 1992, p. 305, grifo no original.

e o passado, uma espécie de memória que armazena a história dos sucessivos períodos da atividade humana sobre a Terra, e atribui ao indivíduo uma sensação de identidade, tanto na escala local, como regional e nacional⁷.

Nessa evolução conceitual, inclusive jurídica, os últimos duzentos anos foram fundamentais. Mas não se imagine que o passado mais antigo não nos dá exemplos de valorização das belezas naturais. Parafraseando aqueles, como Arne Naess, que vêem a “vida como um vasto processo histórico”⁸, não seria errado dizer-se que a proteção da paisagem é igualmente um longo e inacabado processo histórico.

Mesmo povos primitivos já enalteciam aspectos ou componentes da paisagem, por razões espirituais principalmente, a eles atribuindo características ou representações divinas. Não é esse o sentido contemporâneo da paisagem e de seus atributos, pelo menos para a maioria das pessoas.

No presente, já não adoramos, no sentido religioso, a Terra, embora não consigamos ficar insensíveis às suas belezas visíveis, enquanto outros começam a apreciar os segredos íntimos de sua organização e estrutura, de inigualável complexidade. Numa palavra, pouco importa a fé ou religiosidade, todos hoje se sentem, de uma forma ou de outra, em maior ou menor grau, vinculados aos destinos da Terra e, a partir dela, às belezas que ela oferece. Eis a importância da paisagem, no discurso político, cultural, ético e jurídico da proteção do meio ambiente.

Não obstante essa antiga e permanente vinculação do ser humano à Terra e a seus elementos, a preocupação com a paisagem, em si mesma, é fenômeno relativamente recente - inclusive na arte -, que

⁷ Ian D. Whyte, *Landscape and History since 1500*, London, Reaktion Books, 2002, p. 7.

⁸ Arne Naess, *Ecology, Community and Lifestyle*, translated and edited by David Rothenberg, Cambridge, Cambridge University Press, 1989, p. 165.

apareceu entre as elites européias durante o Renascimento⁹. Antes do Século XVI, poucos artistas se dedicavam às belezas naturais, embora alguns deles o tenham feito com grande esmero e vigor. A arte da Grécia e Roma¹⁰ antigas, com sua conhecida ênfase na perfeição do corpo humano (em especial na escultura), também fez uso dos temas naturais, tanto em mosaicos, como na poesia¹¹. No período de 400d.c até o Século XIV, arte era sinônimo de inspiração religiosa, onde o belo era o divino, não a Natureza indomada. A situação muda com o início das grandes navegações, a ampliação do comércio e o surgimento de uma classe média.

Se a arte reflete a vida e os valores do seu tempo, cabe então indagar o porquê da adoção da paisagem pelos artistas desse período. Será que podemos atribuir tal fato à mobilidade dos povos, à exploração de novas terras e horizontes e ao desejo de, mesmo indiretamente, “ver” aquilo - especialmente o exótico - que os descobridores, como Colombo ou Vasco da Gama, relatavam? Certamente as narrativas da época estimulavam a curiosidade das populações européias, ainda presas ao seu mundinho, delimitado por amarras feudais, que dificultavam a mobilidade e o conhecimento daquilo que se achava fora dos domínios reduzidos de onde se morava.

Allen Abramson afirma que duas reações opostas sobre a paisagem surgem no Século XVI: de um lado, um sentimento de liberdade, que se contrapõe a um sentimento de alienação e perda, combinação esta que resulta na “descoberta de uma relação com a Terra, maravilhosamente recheada com nostalgia”¹². Na Europa, a apreciação da paisagem, com a conseqüente formação de uma nova imagem dos

⁹ Ian D. Whyte, *Ob. Cit.*, p. 12.

¹⁰ No caso de Roma, cf. Paolo Fedeli, *La Natura Violata: Ecologia e Mondo Romano*, Palermo, Sellerio editore, 1990.

¹¹ J. Donald Hughes, *Pan's Travail: Environmental Problems of the Ancient Greeks and Romans*, Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1996, p. 56-57.

¹² Allen Abramson, *Land, Law and Environment: Mythical Land, Legal Boundaries* (Allen Abramson & Dimitrios Theodossopoulos eds.), Pluto Press, 2000, p. 3.

atributos estéticos, ganhou proeminência na Inglaterra e Holanda, dois países que experimentavam rápida expansão urbana, e onde um grande número de pessoas trocava o campo por empregos na indústria das cidades¹³. Nesse contexto, o rural, ao qual se atribuía a cor do bucólico, rapidamente se “expandiu como um local de memória cultural para aqueles exilados e auto-exilados nas cidades”¹⁴.

Já em meados do Século XVIII, expande-se essa noção de paisagem, uma apreciação mais robusta da Natureza, para ir além da zona rural e incluir montanhas, desertos e oceanos. Esse movimento ganha dimensão internacional no final do Século XIX, consolidando-se no Século XX, em especial após a Segunda Guerra Mundial, por força do abandono dos centros das cidades em favor dos subúrbios, em busca da paisagem natural, nesse processo paradoxalmente ampliando o contraste entre o urbano e o rural, como duas entidades totalmente distintas. Em muitas partes do mundo, após 1945, os que residiam nas cidades passaram a valorizar a Natureza intocada, que deixou de ser vista como terra de ninguém ou desperdício de recursos, mesmo quando não explorada no sentido tradicional¹⁵.

Com o crescimento das cidades, a explosão populacional e a demanda também crescente por alimentos e matérias primas, Natureza, urbanização e agricultura entram inevitavelmente em choque, algumas vezes em conflito direto, como se vê na sucessão interminável de cidades e campos de cultivo, nos países mais populosos e industrializados.¹⁶

Mas é mesmo nos anos 60, pelas mãos de multidões que protestavam contra os abusos e degradação sofridos pela Terra, que a paisagem ganha, em definitivo, um lugar central na agenda política dos

¹³ Id., 6.

¹⁴ Id.

¹⁵ Samuel P. Hays, *Beauty, Health, and Permanence: Environmental Politics in the United States, 1955-1985*, Cambridge, Cambridge University Press, 1989, p. 23.

¹⁶ Emily W. B. Russell, *People and the Land Through Time 5*, Yale University Press, 1997, p. 5.

principais centros do mundo. Nessa fase, já não era apenas o belo “particular” de uma montanha ou rio que importava, mas o belo da integridade (e fragilidade) de Planeta Azul, como visto a partir de uma esquisita nave russa lançada no espaço.

O termo paisagem abraça uma diversidade de sentidos e definições, sendo a imprecisão e a ambigüidade suas primeiras marcas. Na sua acepção moderna, a expressão vai surgir apenas no Século XVI, quando pintores holandeses e italianos começaram a usá-la para indicar a representação do que era pitoresco.¹⁷

Naquilo que importa ao Direito, a beleza pode ser natural ou artificial; bifurcação essa que repercute na organização do ordenamento. Não é propriamente de hoje que os urbanistas dão atenção à estética das cidades. O estético aí integra a paisagem artificial, isto é, uma criação estritamente humana.

Tendência bem mais recente é juridicamente valorizar a *beleza natural*, no seu complexo mosaico de integração do espaço físico, da flora e da fauna. Se é certo que a paisagem natural é comumente associada ao meio ambiente rural, não se pode dizer que toda paisagem artificial seja urbana, nem que toda paisagem natural seja rural.

Por outro lado, embora a associação entre paisagem - e, a partir dela, do ambiente também - e cultura seja permanentemente lembrada, nunca é demais repetir que nem todo bem cultural é um bem ambiental”¹⁸.

Descrever uma paisagem cada um de nós facilmente pode fazê-lo; defini-lo, em especial em termos jurídicos, é tarefa bem mais complexa. A proteção da paisagem é definida como a “ação de

¹⁷ Ian D. Whyte, *Landscape and History since 1500*, London, Reaktion Books, 2002, p. 13.

¹⁸ Jesús Jordano Fraga, *La Protección del Derecho a un Medio Ambiente Adecuado*, Barcelona, J.M. Bosch Editor, 1995, p. 103.

preservação de suas características, justificada pelo seu valor extraordinário”¹⁹. Mas o que seria paisagem? O que seria beleza estética? O que é valor extraordinário? A quem compete decidir? São questões relevantes em qualquer modelo jurídico que pretenda tratar da paisagem, mas que, aqui, em texto introdutório de um Congresso, só nos compete dar uma breve notícia.

Primeiramente, a paisagem se relaciona com o estético. Mas o que é o estético? Nessa matéria em permanente evolução, a experiência do Direito comparado enfatiza elementos variados: beleza visual, às regras de boa-vizinhança, valores humanos partilhados referentes à harmonia ambiental²⁰. De toda sorte, é equivocado confundir o estético com o ambiental, embora este possa ser, mas nem sempre o é, belo e até estonteante. Como corretamente lembra Michel Prieur, “a proteção do meio ambiente não é uma simples proteção daquilo que é bonito”²¹.

No nosso mundo sensorial, a visão domina todos os outros sentidos. Nós somos profundamente marcados pelas associações visuais e sensoriais.²² Seres visuais, muito mais informação nos alcança pelos olhos do que pelos outros sentidos.

A paisagem é sempre uma experiência humana, na medida em que o belo, pelo menos como o compreendendo, é uma realidade apenas aos olhos de quem vê. Não deixa de ser uma noção de caráter antropocêntrico, mas que nem por isso perde seu valor, pois não rejeita influências biocêntricas e até ecocêntricas. É nessa ultima acepção que se pode falar em beleza do “meio ambiente ecologicamente equilibrado”, para usar a expressão da Constituição Federal de 1988. Consciente ou inconscientemente, para muitos a paisagem deixa de ser a relevância da

¹⁹ IUNC Commission on Environmental Law, *Landscape Conservation Law: Present Trends and Perspectives in International and Comparative Law*. Gland, 2000, p. Viii.

²⁰ Cf. James P. Karp, *The evolving meaning of aesthetics in land-use regulation*, in *Columbia Journal of Environmental Law*, vol. 15, 1990, p. 320-327.

²¹ Michel Prieur, *Droit de l'Environnement*, 5e édition, Paris, Dalloz, 2004, p. 841.

²² Yi-Fu Tuan, *Topophilia: A Study of Environmental Perception, Attitudes, and Values*, Prentice-Hall Inc., 1974, p. 6.

beleza de um fragmento natural e ressurge como um atributo holístico da própria natureza, de toda a natureza.

O modo como enxergamos a paisagem é determinado pela nossa cultura e pelos valores que abraçamos, o que faz com que a percepção e a avaliação da Natureza variem entre povos e até pessoas. Nenhum grupo social faz exatamente a mesma avaliação do meio ambiente; são bem conhecidas as diferenças de percepção entre moradores e visitantes, turistas notadamente.

Os ordenamentos e a doutrina divergem no tratamento conceitual dado à paisagem. Para Ramón Martín Mateo, a paisagem nos “remete a conjuntos visualmente percebidos e culturalmente apreciados, integrados exclusiva, ou predominantemente, por elementos naturais”²³. Outros preferem vê-la como sinônimo de beleza natural, o “belo da natureza”, com a característica de “beleza incomum”²⁴. Mesmo na Itália, onde a Constituição nacional protege, expressa e diretamente, a paisagem, as interpretações do seu sentido variam²⁵.

PAISAGEM NATURAL E BIODIVERSIDADE

Muito antes de se falar em biodiversidade e desenvolvimento sustentável, coube, à paisagem justificar os esforços de criação de Unidades de Conservação, a começar em 1872, nos Estados Unidos, com o Parque Yellowstone.

Atualmente, é comum buscar-se vincular paisagem e biodiversidade. A história da noção de biodiversidade é bem mais recente que a de paisagem. Em verdade, até setembro de 1986, quando foi realizado um fórum nacional em Washington, D.C., o termo sequer

²³ Ramón Martín Mateo, *Tratado de Derecho Ambiental*, Tomo IV (Actualización), Madrid, Edisofer, 2003, p. 319.

²⁴ Maria Antonietta Crescenzi, *La tutela del paesaggio*, in Paolo Dell'Anno, *Manuale di Diritto Ambientale*, Padova, Cedam, 1995, p. 468.

²⁵ Sobre as várias interpretações do sentido de “paisagem” no art. 9º, da Constituição italiana, cf. Beniamino Caravita, *Diritto dell'Ambiente*, Bologna, il Mulino, 1990, p. 49.

existia e, para tal evento, foi cunhado como “Bio-Diversity”²⁶. Hoje, a expressão é conhecida de todos, especialistas e leigos.

A biodiversidade pode ser protegida com base numa série de argumentos e doutrinas filosóficos, entre eles, o *estético*. Isso quer dizer que a paisagem tem um lugar na conservação da diversidade biológica, tanto mais se com ela se queira valorizar o turístico e o lazer.

No Direito Comparado, os juízes, por muitos anos, fraquejaram, quando chamados a decidir conflitos atinentes a valores estritamente estéticos. Nos Estados Unidos, p. ex., antes de 1950, os tribunais freqüentemente viam os valores estéticos como um luxo, em vez de uma necessidade, negando-lhes proteção legal. Ou, então, os consideravam subjetivos em demasia, recusando-se a virar “árbitros de gosto”, já que o prazer de um bem poderia ser a perturbação do outro, e vice-versa.²⁷

Recentemente, contudo, observa-se um surpreendente crescimento de casos nessa área²⁸, na medida em que os planejadores empregam ferramentas criativas e complexas para identificar e proteger recursos estéticos.²⁹ Há apenas alguns anos, seria difícil encontrar-se leis de proteção da paisagem, principalmente no plano nacional, muito menos a salvaguarda da paisagem como componente de uma mais ampla tutela do meio ambiente.

²⁶ T. R. New, *Conservation Biology*, Oxford University Press, 2000, p. 57.

²⁷ Lisa Healy, *Trophy homes and other alpine predators: the protection of mountain views through ridge line zoning*, 25 B.C. Envtl. Aff. L. Rev. 913, 919(1998).

²⁸ Nos Estados Unidos, cabe destacar a decisão da Corte Suprema da década de 50, *Berman v. Parker*, na qual estabeleceu-se o entendimento de que as cidades podiam considerar valores estéticos, como a manutenção do charme rural (*Berman v. Parker*, 348 U.S. 26, 103 (1954)). Segundo o acórdão, da lavra do Ministro Douglas, “o conceito de bem-estar público é amplo e inclusivo ... Os valores que ele representa são espirituais, como físicos, estéticos e também monetários. Está no âmbito da competência do legislador determinar que a comunidade deve ser bonita tanto quanto saudável, espaçosa, limpa tanto quanto equilibrada e cuidadosamente patrulhada”.

²⁹ Christopher J. Duerksen & R. Matthew Goebel, *Aesthetics, Community Character, and the Law*, American Planning Association, 1999, p. 4.

Uma das dificuldades que o legislador e o aplicador freqüentemente encontrarão é que os valores estéticos, mesmo quando juridicizados, são baseados na beleza, uma noção que desafia qualquer definição rígida em si mesma. Os valores estéticos são inevitavelmente subjetivos. Mas também o são outros atributos da vida humana, levados amiúde aos tribunais, como vergonha, dor e risco.

Surgindo meio que escondida no âmbito jurídico, a paisagem nos últimos anos transformou-se em um “tema comum na proteção ambiental”.³⁰ Isso se deve, entre outras causas, às mudanças significativas da percepção que o público tem do nosso meio ambiente natural. Sentimento esse que acaba por refletir-se no trabalho legislativo e no funcionamento dos tribunais.

Finalmente, vale lembrar que o valor das belezas naturais, no discurso da proteção do meio ambiente, conta com a desconfiança ou antagonismo de alguns, notadamente porque pode levar à proteção insuficiente de ecossistemas valiosos, mas não exatamente bonitos³¹.

A PAISAGEM NO CONTEXTO JURÍDICO-AMBIENTAL BRASILEIRO

Não obstante nossas reconhecidas belezas naturais “a contemplação da natureza tem tido poucos adeptos no Brasil. O prestígio da urbanidade, transmitido pelos portugueses como meio de confirmar seu status superior em um ambiente estranho, sobrevive quase intacto”³².

Não deve surpreender, portanto, que, contrário de outros países, onde o tema desenvolveu-se tanto que já se fala em um “Direito da Paisagem”³³, no Brasil as referências legislativas à matéria ainda são

³⁰ Mark Bobrowski, *Scenic landscape protection under the police power*, 22 B.C. Env'tl. Aff. L. Rev. 697, 701 (1995).

³¹ Kimberly K. Smith, *Mere taste: democracy and the politics of beauty*, Wisconsin Environmental Law Journal, vol. 7., p. 159.

³² Warren Dean, *A Ferro e Fogo: A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira*, tradução de Cid Knipel Moreira, São Paulo, Companhia das Letras, 1996, p. 379.

³³ Henri Jacquot et François Priet, *Droit de l'Urbanisme*, 3e édition, Paris, Dalloz, 1998, p. 283.

esparsas e insuficientes. Assim, p. ex., o Código Florestal de 1965, ao tratar dos Parques Nacionais, previu que tais unidades teriam “a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das *belezas naturais*, com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos”³⁴. Na mesma linha, o Código admitiu, entre as hipóteses de Áreas de Preservação Permanente administrativas, as destinadas a “proteger *sítios de excepcional beleza* ou de valor científico ou histórico”³⁵. Finalmente, dispôs que “Qualquer árvore poderá ser declarada imune de corte, mediante ato do Poder Público, por motivo de sua localização, raridade, *beleza* ou condição de porta-sementes”³⁶.

Coube à Lei da Política Nacional do Meio Ambiente - Lei nº 6.938/81 - ecologizar a noção de paisagem, isto é, enxertá-la como um dos atributos do “meio ambiente ecologicamente equilibrado”. A rigor, não se tratou propriamente de um reconhecimento direto da paisagem, mas de incorporação, no conceito de poluição, de degradação da *condições estéticas do meio ambiente*³⁷. Ou seja, as condições estéticas (= o belo, a paisagem) integram a estrutura da “qualidade ambiental”, referida pela lei.

Esses atributos extraordinários impõem ao Poder Público o dever constitucional de definir espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos³⁸.

Mais diretamente, a paisagem é referida, de forma expressa, nos crimes “contra o ordenamento urbano e patrimônio cultural”, nos arts. 62 e 63, da Lei n. 9.605/98. Na mesma linha, por sugestão minha, incluiu-se a paisagem no conceito de Área de Preservação Permanente, nos termos da Medida Provisória do Código Florestal: aquela que tem a

³⁴ Código Florestal, art. 5º, a), grifei; dispositivo este revogado pela Lei do SNUC.

³⁵ Código Florestal, art. 3º, grifei.

³⁶ Código Florestal, art. 7º, grifei.

³⁷ Lei n. 6938/81, art. 3º, inciso III, d).

³⁸ Constituição Federal, art. 225, par. 1º, inciso III.

função ambiental de “preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas” (art. 1º, § 2º, II, grifei).

OS DESAFIOS PARA O BRASIL E AMÉRICA LATINA

A paisagem é o grande ausente da pauta ambiental daquilo que Ricardo Lorenzetti denominou, com uma ponta de idealismo, o “Direito comum latino-americano.”³⁹.

Por certo, não é este o momento, nem o local apropriado para apresentar um programa teórico e prático de tutela da paisagem no Brasil. Basta dizer que a nossa legislação precisa ser modernizada com vistas ao tratamento efetivo dessa importante matéria da agenda ambiental.

Assim devemos proceder, mesmo sabendo que, ao adotarmos a paisagem no discurso jurídico-ambiental estaremos ampliando a abertura do sistema legal, pela via do universo metajurídico de considerações e atributos estéticos, permeabilidade essa que não é novidade no Direito pós-moderno e, muito menos, no Direito Ambiental, como demonstram a teoria e a prática de seus princípios⁴⁰.

³⁹ Ricardo Luis Lorenzetti, *Fundamentos do Direito Privado*, tradução de Vera Maria Jacob de Fradera, São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 1998, p. 583.

⁴⁰ Cf. Nicolas de Sadeleer, *Environmental Principles: From Political Slogans to Legal Rules*, Oxford, Oxford University Press, 2002, p. 249.